

## A configuração da área de ensino de história em São Paulo (e outras reflexões)<sup>1</sup>

Entrevista com Joana Neves<sup>2</sup>

---

TIAGO ALINOR HOISSA BENFICA

### Lembranças da formação inicial e o início da carreira docente

TIAGO: [Após iniciarmos uma conversa informal, com o gravador ainda desligado, a professora Joana Neves mencionou uma informação sobre a professora Alice Canabrava que dizia respeito ao machismo que havia na universidade, na década de 1960, a qual solicitei para que Joana repetisse].

JOANA: Alice Canabrava, num concurso que houve, não sei em que época, foi aprovada e ela teria sido a primeira mulher a entrar como professora no departamento de História da USP. Mas aí, o professor Eduardo de Oliveira França podou a entrada dela no departamento, porque na verdade eles não queriam mulheres no departamento.

TIAGO: Ele era machista né!?

JOANA: Todo mundo era muito machista naquela época.

TIAGO: Acho que o Diogo [Roiz] acabou, num livro que ele publicou<sup>3</sup>, pegando uma fala, uma escrita do Eduardo França, que ele falava mal das

---

1 A gravação da conversa foi realizada no dia 30 de setembro de 2017, em São Bernardo do Campo-SP. A transcrição da entrevista buscou aproximar-se da coloquialidade da conversa; para isso, retirou-se informações repetitivas e fez-se adequações conforme a norma gramatical para evitar dubiedade de entendimento. Foram subtraídos trechos que versavam divagações, interferências externas e exposição da individualidade.

Entrevista realizada no âmbito do projeto *Biografias intelectuais*: trajetórias de pesquisadoras pioneiras nos estudos históricos brasileiros, coordenado pelo professor Diogo da Silva Roiz, financiado pela CAPES por meio do edital MEMÓRIAS BRASILEIRAS: BIOGRAFIAS.

2 Professora aposentada da Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Atuou como docente na rede pública de ensino do estado de São Paulo no Serviço de Ensino Vocacional de São Paulo; e na extinta Universidade Estadual de Mato Grosso/UEMT. Além dos trabalhos acadêmicos, escreveu livros didáticos de Estudos Sociais e de História em parceria com Elza Nadai.

mulheres, uma coisa assim: mulheres intelectuais ou não fazia direito o serviço ou se tornavam muito amargas, uma coisa assim.

JOANA: Ele dizia isso na cara da gente, ele foi meu professor, e ele dizia isso na nossa turma, que: a muito intelectualidade na mulher, a deixava sem graça, deixava ela triste, uma coisa assim. Mas ele adorava as mulheres. [risos] A gente se entendia bem com ele, até. Aí a Alice Canabrava, não podendo ser professora do departamento de História, acabou sendo a primeira professora de Economia da USP, e tornou professora de História Econômica na faculdade de Economia da USP e se especializou em História Econômica. E na condição de professora de Economia ela foi professora do [Antônio] Delfim Netto. De modo que quando o Delfim Netto era ministro, o superministro brasileiro, praticamente todas as decisões econômicas passavam por ele, toda a vez que a gente encontrava a professora Alice, a gente dizia: – tá vendo, culpa sua, foi dar aula para o Delfim Netto, foi ensinar economia, História Econômica, aí deu nisso. [...] Ela não foi a primeira professora de História da USP, mas foi a primeira mulher presidente da ANPUH. Quando o professor Eurípedes Simões de Paula, que enquanto viveu foi o presidente da ANPUH, faleceu, a presidência da ANPUH passou para Alice Canabrava. [...]

TIAGO: Então se for fazer uma investigação sobre a biografia dela, deve tentar achar esse concurso que ela fez, se tivesse alguma documentação?

JOANA: É que, ainda, eu acho, na época que havia cátedras. Então os concursos eram feitos para assistentes. Eles eram muito informais, enfim, dependia dos catedráticos, e a aceitação da pessoa na cadeira dependia do catedrático. Por isso que ela pôde ser vetada. [...]

---

<sup>3</sup>Trata-se do seguinte relato do professor Eduardo de Oliveira França: “Mulher pode ser tão inteligente quanto o homem, mas a partir de certo momento, as que não se casam tornam-se pessoas desagradáveis e ásperas e as outras casam ou são absorvidas pelos filhos, como é de direito”. In: ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. Curitiba, PR: Appris, 2012, p. 170.

Parece que a primeira mulher no departamento de História, não sei se foi a professora Myriam Ellis, porque ela era filha do Alfredo Ellis Jr. que era o fundador da cadeira de História do Brasil no departamento de História da USP. Quando eu fui aluna, quando eu entrei na Faculdade, eu entrei em [19]62. Tinha já uma porção de mulheres lecionando. A Myriam Ellis que dava História do Brasil Colônia, a Nícea Vilela Luz, que dava História do Brasil Independente. A professora Tereza Petroni, que era também professora de História do Brasil. A Emília Viotti da Costa que dava Introdução aos Estudos Históricos. [...] Depois não chegou a ser minha professora, a professora Regina, que era a esposa do professor Eurípedes, casada com o professor Eurípedes, acho que era a segunda mulher dele e que chegou a ser professora do Departamento, mas não foi minha professora. Depois em História da América a professora Fernanda Pacca de Almeida Wright que depois foi minha professora de mestrado e acho que só. [...] A professora Fernanda Pacca é muito interessante, porque ela ganhou uma certa fama depois do AI-5 de ser conivente com a ditadura, de ter denunciado colegas. Não é verdade. Ela era uma pessoa conservadora, não apreciava as propostas marxistas de organização do comunismo. Não via graça nenhuma na União Soviética. Ela tinha morado bastante tempo na África e assistiu a ascensão do Patrice Lumumba. Chegou a entrevistá-lo inclusive, como historiadora que era. Mas politicamente era uma pessoa conservadora, mas não é verdade que ela tenha denunciado alguém.

### **O ensino de História durante a ditadura militar**

TIAGO: E a Cecília Westphalen [da UFPR] era conservadora?

JOANA: A Cecília Westphalen era, superconservadora.

TIAGO: Ela [Cecília Westphalen] brigou com a ANPUH...

JOANA: A briga dela, por conta da ANPUH, era porque ela não admitia a presença, a integração na ANPUH, dos professores que davam aula na

escola secundária<sup>4</sup>. Porque, esse que é o problema, ela considerava o ensino e a pesquisa coisas completamente diferentes. E a ANPUH era uma associação de Pesquisadores de História, era uma instituição voltada para a pesquisa. Portanto não podia incluir aqueles insignificantes professores da escola secundária que só lidavam com o ensino de História, que para ela era uma coisa secundária.

TIAGO: Mas aí também tinha a questão política que se discutia, onde estava o ensino vinha a política e...

JOANA: Contraditoriamente, a Cecília Westphalen, para quem a ANPUH era uma entidade de pesquisadores, e nesse sentido ela fazia parte da ANPUH, foi a pessoa que mais se comprometeu com a criação dos chamados Estudos Sociais. Inclusive, a formação em licenciatura curta: ela escreveu manuais em Estudos Sociais, e se tornou defensora desta proposta. Até porque, eu fico meio à vontade pra dizer isso porque eu cheguei a discutir pessoalmente com ela. O fato de ela não se incomodar ou dela achar conveniente formar professores nos cursos de licenciatura curta, é porque para ela o ensino era uma atividade tão secundária que não exigiria uma formação acadêmica verdadeiramente de nível superior como seriam os bacharelados. Bastava uma formação curta, como se tornaram os cursos de Estudos Sociais, e pronto, para o ensino secundário era suficiente né. É preciso lembrar que Nei Braga que foi Ministro da Educação nessa época, era do Paraná e parece que havia muito contato entre eles. E já nesse momento, quando isso estava acontecendo, até por conta da experiência de Ensino Vocacional, onde o ensino por área era de verdade, ou seja, o Vocacional concebia a área como uma equipe de especialistas trabalhando. Então a área de Estudos Sociais deveria ser formada por especialista em História, em Geografia, em Sociologia, em Filosofia, em Economia. Então, aquele arremedo de um professor, que depois o Jaime Pinsky definiu de pseudovalente, e não polivalente, ou seja,

---

4 MACHADO, Daiane Vaiz. *Por uma "ciência histórica": o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998*. 2016. 336 f. Tese (Doutorado em História) – Unesp/Assis.

não servia para nada, formado nesses cursos de curta duração, de 1.200 horas, que a principal construtora foi a Cecília Westphalen, lá no Paraná, e de lá que a coisa de irradiou para o resto do Brasil.

TIAGO: Eu cheguei a estudar um pouco sobre a reforma universitária e a ideia dos cursos de curta duração, eles começaram a ser idealizados não para educação, mas para a área da saúde, isso aí por volta de 68, aí depois que veio a educação como desdobramento. [...] Eu vi que ela encampou um pouco a ideia de Estudos Sociais.

JOANA: Eu não sei, por exemplo, na área da saúde como foi. Na área da educação, a implantação das licenciaturas curtas foi uma decorrência da aprovação da Lei 5.692, que substituiu a LDB de 1961. [...]

TIAGO: [Sobre a implantação da Lei 5.692 no Mato Grosso]

JOANA: O Gilberto, no Mato Grosso, foi o articulador da implantação das políticas da Lei 5.692. Mas, na atuação dele, a implantação dos cursos de licenciatura curta era uma espécie de medida emergencial, para as áreas carentes, para formar professores melhor do que o leigo que era quem dava aula, porque eram áreas que não tinham mesmo professor formado. Geralmente o magistério era assumido por profissionais formados em outra área, ou até mesmo gente só de formação secundária que fazia o cursinho e o exame da CADES<sup>5</sup>, que era aquele aperfeiçoamento de professores.

TIAGO: E quem fazia [o exame da CADES era quem estudou na] escola Normal?

JOANA: Quem fazia escola Normal [era quem] fazia a prova da CADES e se credenciava para dar aula nos cursos secundários, para o Ginásio e até mesmo para o Colégio. O curso normal formava professoras para o Primário.

TIAGO: O curso Normal era uma espécie de curso de segundo grau técnico, como contabilista?

JOANA: Ele era um curso Colegial, como se chamava naquele tempo. Era o segundo ciclo da educação, da escola secundária, que era formada pelo

---

5 CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.

primeiro ciclo que era o Ginásio e pelo segundo ciclo que era o Colégio. O Normal era um segundo ciclo profissionalizante, era o único profissionalizante que tinha, porque tinha o Clássico, que formava para a área de Ciências Humanas e Letras, e o Científico, que formava para as Ciências Naturais e Matemáticas. E o Normal, que era equivalente a esses cursos Colegiais, mas era o único que dava um diploma profissional, que era um diploma de professor Primário, o professor que iria dar aula na antiga escola Primária. Em alguns lugares o curso Normal chamava-se Pedagógico, na Paraíba ele chamava Pedagógico, era o que formava professor. Geralmente era mulher que fazia o Normal e era professora Primária. Ele tinha 3 anos de duração e 1 ano de estágio em institutos de educação credenciados. Em São Paulo era o Caetano de Campos. Em cada cidade tinha uma escola, um instituto de educação, geralmente, onde as normalistas faziam esse 4º ano de estágio. [...]

TIAGO: Dá pra se dizer que tinha uma onda de renovação pedagógica no começo da década de 60.

JOANA: Tinha. Iniciada em São Paulo pelo Luís Contier, que era o diretor de uma escola que era lá perto do Vocacional, Auguste Comte, era o nome da escola que ele dirigia, e ele foi ser secretário de educação do município de São Paulo, e foi ele que estabeleceu essa relação com o Sèvres, e que organizava esses estágios, a participação do Brasil nesses estágios. Era um momento de renovação. Com relação aos legados, ao que sobrou disso depois da ditadura, a Dolinha<sup>6</sup>, eu acho que junto com a Kátia, organizaram um livro dos 50 anos da ditadura<sup>7</sup>. [...] A ditadura, ela destruiu para trás e para frente; ela inviabilizou as escolas renovadoras, experimentais, fechou, prendeu gente que insistia em fazer, chamou de subversiva, chamou de comunista. Acabou com as possibilidades, com as experiências que haviam, e com as possibilidades de existirem experiências

---

<sup>6</sup> Trata-se do apelido da professora *Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt*, docente da UFPR.

<sup>7</sup> SCHMIDT, Maria Auxiliadora; ABUD, Kátia (Org.). *50 anos da Ditadura militar: capítulos sobre o ensino de História no Brasil*. Curitiba, PR: W & A Editores, 2014.

de renovação, e detonou a escola tradicional que o Brasil tinha, que era de muito boa qualidade, que era uma escola onde você aprendia realmente a ler e escrever, você aprendia francês, aprendia inglês, aprendia matemática, física, química.

TIAGO: Como que ela detonou a escola tradicional?

JOANA: Enchendo ela de gente. Porque o grande defeito da escola tradicional, o pessoal dizia que ela era elitista. Na verdade ela não era elitista, ela era elitizante. A elite mesmo não frequentava a escola pública. A elite frequentava os grandes colégios tradicionais, geralmente religiosos, Sacré-Coeur.

TIAGO: Santa Marcelina.

JOANA: Nos outros lugares Santa Marcelina, colégios internos, que as vezes a língua usada era o francês. Era falado em francês. Eu tenho colega na Paraíba que estudou em escola assim. Ou mandavam para a Suíça. A escola pública era destinada, sobretudo, para a classe média. Ela não era elitista, ela era elitizante. E a ideia era essa mesma. O Capanema dizia isso. Era para formar uma elite intelectual que fizesse a ponte entre a classe baixa trabalhadora e as elites.

TIAGO: Pelego! [risos]

JOANA: Realmente, uma classe média pelega, que é o grande papel da classe média, mas, de boa qualidade, que era capaz de circular.

TIAGO: O instrumento para isso era o exame admissional?

JOANA: O Exame de Admissão. Digamos, o grande sinal de que esta escola correspondia à uma concepção conservadora da ditadura, originária de uma ditadura, que era a ditadura do Vargas, é que ela era altamente seletiva. O primeiro grande corte ocorria exatamente após a formação primária, que esta sim era obrigatória para todo mundo, os 4 anos do Primário na escola, onde se devia aprender ler, escrever, contar era obrigatória para todo mundo. E terminada essa escola, que era de boa qualidade, (em São Paulo os grupos escolares eram ótimos), quem conseguia se formar no Primário, ter o diploma do Primário, era assim que

era chamado, se a família tivesse condições de mantê-lo ainda na escola e se ele passasse no Exame de Admissão, ele ia para uma escola que ia fazer o que fazia com a gente. Eu aprendi francês na escola, nunca estudei francês na Aliança Francesa, nem na escola particular. O francês que eu aprendi era na escola. [...] O que a ditadura propôs como política? Não interessava essa elitização. Interessava uma formação básica, geral, do cidadão brasileiro, de todo o mundo, que deveria aprender na escola ou deveria ser tornar na escola aquele modelo de cidadão que a ditadura queria. Ela tomou providências curriculares a esse respeito. Então, a escola deveria ser para todo mundo, ela deixaria de ser seletiva. Isso foi feito, foi sendo feito paulatinamente. Em 68 o Exame de Admissão foi único. Porque até então, o Exame de Admissão era feito escola por escola, e as escolas selecionavam a sua clientela pelo Exame de Admissão. Em 68 o Exame de Admissão foi único, um Exame só preparado pela Secretaria de Educação em São Paulo. Essa simples mudança já mudou muito o perfil da clientela nas escolas. Para você ter uma ideia, eu estava na fila do banco em 68 e ouvi duas mulheres conversando, uma dizendo para a outra que tinha sido obrigada a trocar o filho de escola, botar em uma escola particular: – porque veja você. O filho dela estava na mesma classe que o filho da empregada. – e olha o absurdo que era isso! [ironia] O filho dela ir estudar na mesma classe que o filho da empregada. Então ela tirou o filhinho dela da escola pública e botou numa escola particular. E foi isso que acabou acontecendo. Eu não sei exatamente em que ano o estado de São Paulo acabou com o Exame de Admissão. [...] E agora, a minha constatação é que, isto não era para valer em termos educativos. Era uma grande resposta política da ditadura dizer “estamos ampliando as oportunidades educacionais”. Mas não era, não tinha como objetivo educar de verdade todo o povo brasileiro. Por que não tinha? Não mexeu em nada a formação dos professores. Ao contrário, desqualificou a formação dos professores. Os professores que foram dar aula nessas escolas, os primeiros professores eram formados nos cursos de licenciatura,

preparados para lidar com a classe média, completamente despreparados para lidar com o filho da empregada. Eu conheci um menino que foi expulso, em dois meses, ele foi expulso da escola. A expulsão era assim: na primeira falha, ele recebia uma advertência na caderneta. Na reincidência ele era suspenso por uns tantos dias. E até que na quarta ou quinta vez que ele sofresse alguma punição, ele era expulso, a escola podia expulsar esses indisciplinados renitentes. E o menino que eu conheci, acho que em dois meses de aula ele tinha sido expulso. Porque a professora dava aula, tava dando aula, ele dizia assim: – eu não estou entendendo esta merda; eu não entendi merda nenhuma. Ele falava merda o tempo todo, foi expulso por isso. Para a professora, o aluno que devia levar a educação de casa não falava merda.

TIAGO: Isso o Bourdieu explica bem com o conceito de capital cultural né.

JOANA: Então a ditadura, suprimindo o Exame de Admissão, essa criançada proveniente desses extratos sociais, para quem mandar alguém a merda, ou dizer isso é uma merda, não entendi nada dessa merda, não era palavrão. [...] E nenhum preparo para o professor nesse sentido.

TIAGO: E a solução para isso foi a classe média colocar o filho na escola particular?

JOANA: E o que a classe média fez? [...] A classe média tirou os filhos da escola pública, deixou a escola pública entregue à própria sorte, porque se a classe média tivesse se mantido na escola pública, ela teria alguma condição de brigar pela qualidade dessa escola. [...] As periferias, essa classe que a mãe dava graças a Deus pelo filho passar algumas horas na escola, porque assim o filho não estava na rua. Foi na década de 70, eu acho, fizeram uma pesquisa, não sei qual grupo fez uma pesquisa, sobre os motivos pelos quais as famílias queriam as crianças na escola. Sabe qual foi o motivo que ganhou de longe? Ter acesso à merenda escolar. [...] Eu estava na Paraíba já, foi no fim da década de 70, quando estava havendo uma abertura política e que se podia publicar essas coisas. Já naquele momento o grande motivo era porque tinha merenda escolar. A escola se

confundi, passou a ser vista como um espaço de assistência social. Dava uniforme, dava o material, dava segurança porque não ficava na rua brigando, e sobretudo dava merenda. No Rio Grande do Norte, eu assisti a mulher falando, a maravilha que era, além dos 3 filhos que ela tinha na escola terem o que comer na escola, um deles levava leite para casa, para as crianças menores que ainda não iam na escola. Então, desconfigurou a escola como um espaço educacional, e sobretudo como espaço de ensino.

### **Concepção de ensino de História e educação: o Serviço de Ensino Vocacional na constituição da identidade dos seus ex-docentes**

TIAGO: [Sobre a especificidade do ensinar história perante as demais áreas de Ciências Humanas]

JOANA: A Maria Nilde Mascellani, costumava dizer, meio de brincadeira, mas falando sério, que se História fosse bem dada, bem feita, não precisava de outra matéria. Porque é...

TIAGO: De Humanas?

JOANA: Até das outras. Pelo seguinte, pensando conceitualmente, nessas disciplinas, nessas áreas, do conhecimento, História e Geografia realizavam as duas sínteses fundamentais da existência humana, que é a existência no espaço e a existência no tempo. Se essas duas coisas, ao longo da experiência humana, forem bem estudadas, elas abrangerão todas as outras coisas. Se você pensar bem, a Matemática que tem lá uma autonomia dela, mas mesmo a Matemática, a racionalidade e o cálculo eles acontecem ao longo da história para resolver situações humanas no espaço e no tempo. Não tem outra saída. Então, por isso que se algum especialista domina bem essas áreas, ele transita pelas outras com bastante facilidade, sobretudo na área de Ciências Humanas.

TIAGO: Maria Nilde Mascellani é a idealizadora do Vocacional?

JOANA: Do Sistema Vocacional. A tese de doutorado dela está publicada, então é um bom jeito de se tero pensamento dela. [...]

É possível pensar numa modalidade de ensino que não seja feito por um único professor dando conta de tudo, mas uma modalidade de ensino, principalmente na educação formal, que estabeleça com todos os conhecimentos desenvolvidos no processo educativo, as relações deste conhecimento com a existência concreta do ser humano. E na medida em que isto for feito, você precisa da História para contextualizar. O grande contextualizador é a História. E a forma, e aí é que, digamos, entra, do meu ponto de vista, e na elaboração do meu pensamento, uma das contribuições mais importantes do Vocacional. A forma de você desenvolver os conhecimentos, relacionando esses conhecimentos desenvolvidos com a existência concreta, a vida das pessoas que estão desenvolvendo esse conhecimento, é o ensino temático. O que é a constituição de um tema? Um tema é, digamos, a identificação de uma questão fundamental definidora, ou caracterizadora, da existência humana num determinado momento, e que a partir da qual vai buscar resposta nos diferentes campos do conhecimento.

TIAGO: Aí é uma proposta para o primeiro ciclo do segundo grau, de Estudos Sociais sem currículo, que iria ser criado pela própria equipe.

JOANA: Sem currículo não. Sem programa! Porque o fato dele ser uma disciplina curricular, sem programa estabelecido.

TIAGO: Que aí geraria a construção de um conhecimento porque ele iria partir para a pesquisa, e se pesquisa aquilo que não se sabe, e quem iria produzir conhecimento seriam os professores e os alunos também, através da busca pelo conhecimento.

JOANA: É. Isso está muito bem explicadinho na minha tese.<sup>8</sup>

TIAGO: E antes do Vocacional, teve também os colégios experimentais?

JOANA: O Vocacional surgiu como uma escola experimental. Havia outras, como o experimental da Lapa, aqui em São Paulo, O André Maurois no Rio de Janeiro se tornou escola experimental. Tinha no Paraná, no Rio Grande

---

8 NEVES, Joana. *O Ensino Público Vocacional em São Paulo: renovação educacional como desafio político (1961-1970)*. 2010. 340 f. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo.

do Norte. Justamente, as escolas experimentais, o atributo legal é que elas não eram obrigadas a se submeter aos currículos e aos programas formais estabelecidos por lei, pela Secretaria de Educação. Ela poderia propor, desenvolver currículos e programas específicos.

TIAGO: Mas quem trabalhou com projetos temáticos, tiveram outras [escolas] além do Vocacional?

JOANA: Eu acho que sim. Eu acho que todas as escolas que fizeram experiências de renovação educacional, adotaram como forma de organização dos conteúdos a tematização dos conteúdos. Você não ia começar a estudar a história do Brasil assim: o descobrimento, as capitanias hereditárias, seguindo um roteiro programático geralmente cronológico, do começo para o fim. Você partia de um problema decorrente de uma investigação, de uma análise de como é hoje, de problemas que estavam afetando a vida hoje. Se existissem [atualmente] escolas experimentais, acho que o tema mais recorrente seria o da corrupção. [risos]

TIAGO: No Centro de Memória da Faculdade de Educação tem uma professora que chegou a estudar numa escola experimental [...]. Mas ela falou que seguia uma certa linearidade cronológica. Começava com História Antiga e depois se organizava para estudar Idade Média.

JOANA: O Vocacional era mais adiantado que isso. [...] Ele era realmente, inteiramente temático. Começava assim. Era para o Ginásio, quando criou o Colégio já era diferente, o Colégio era profissionalizante, o Colegial era profissionalizante, então ele mudou um pouco a configuração curricular em relação ao Ginásio [...]. Era assim, no primeiro ano [do Ginásio] o tema era a comunidade onde a escola estava estabelecida; no segundo ano era o Estado, o estado de São Paulo, no terceiro ano era o Brasil e no quarto ano era o mundo.

TIAGO: Currículo concêntrico né?

JOANA: É. E em cada bimestre era em torno de um tema.

TIAGO: Isso era no Ginásio. E no Colegial?

JOANA: No Colégio, ele mal começou e já fechou, porque ele começou em 68. O Colégio era profissionalizante. Ele tinha a configuração de uma escola técnica. Então, as temáticas fundamentais eram decorrentes da formação profissional que o curso pretendia dar. Então nós tínhamos um curso de Administração de Empresas, um curso de Serviço Social, um curso de Eletrônica e Eletrotécnica, [...] ah, e um de Comunicações. E havia um quinto, que nós chamávamos de subconjunto de base, que ele seria um Colegial comum sem uma destinação profissionalizante. Quando o Vocacional foi extinto, em 68, uma avaliação que a gente fez em 68, que faz parte até de um documento, de diagnóstico do Vocacional, esse subconjunto de base provavelmente viraria um curso técnico de laboratório. Então, pela natureza de um curso técnico, seria também o endereçamento daquele curso para os cursos superiores. Então um curso técnico de laboratório encaminharia para a área da Saúde, como um curso de Eletrotécnica para as áreas de Engenharia, o de Administração de Empresas para a área de Economia, de Administração de Empresas, o de Serviço Social para as áreas ligadas ao Serviço Social, Ciências Humanas também, e um curso de Comunicações. O curso de Comunicações no antigo formato seria muito próximo do curso Clássico, que encaminharia para a área de Letras, Línguas e Ciências Humanas. E o curso de Comunicações, ele se abria para uma formação em jornalismo e na área de comunicação mesmo, inclusive teatro.

TIAGO: É uma estrutura parecida com o ensino francês, com direcionamentos...

JOANA: Provavelmente teria uma influência francesa. Nós achávamos que era uma criação original nossa. [...] Eu me lembro que a grande referência externa que se mencionava no Vocacional era o Pierre Fourter, e [...] é um ligado ao humanismo, existencialismo.

TIAGO: Fiquei curioso quando desse fechamento do Vocacional ocorre, aí vocês vão fazer um estágio de um ou dois meses na França. A Elza foi?

JOANA: A Elza foi antes de mim [1970]. Eu fui em 71, outras pessoas foram antes de mim. Já havia saído do Vocacional. Eu saí de Paris para Aquidauana. E Londres. Muita gente do Vocacional fez esse estágio em Sèvres.

TIAGO: Aí como foi o legado desse estágio, para as suas reflexões. Porque você vê uma ideia desmanchar, e vai pegar uma outra inspiradora.

JOANA: Nesse sentido não adiantou nada, porque quando eu conheci as escolas experimentais na França, elas nos disse, o que eles chamavam de liceu piloto. O Sèvres era um centro internacional de estudos pedagógicos. Eles treinavam e formavam, davam uma espécie de acabamento na formação profissional de professores do mundo todo. Quando eu fiz parte, o outro grupo que estava lá era um grupo da Iugoslávia. E esse estágio era para colocar a gente em contato com as experiências das escolas e culturais francesas. Essa parte era até mais interessante do que conhecer as escolas, mas a gente conhecia os museus, os arquivos, as bibliotecas, os principais espetáculos artísticos que estavam se desenvolvendo na cidade na época, e fazíamos isso em Paris e, cada ano era em uma cidade. No ano que eu fiz foi Dijon. Era uma espécie assim de apresentação da cultura francesa para os professores estrangeiros. Na origem esse estágio era feito apenas por professores de Francês, professores estrangeiros mas que na sua terra davam francês, depois que eles abriram para professores das outras áreas que soubessem francês, desde que fossem capazes de falar e se entender em francês, porque o estágio era todo em francês.

TIAGO: Disso, eu percebo essa experiência do SEV<sup>9</sup> tem uma memória com bastante afetividade, com lembranças inovadoras, de se fazer ciências, de produzir conhecimento, que encantou gerações de professores e alunos, e depois vem a ditadura, faz um bota-abaixo, e daí têm essas críticas, que você, Elza e companhia fizeram a respeito do rebaixamento da qualidade de ensino. Esse rebaixamento, eu consigo enxergar bem claramente o que diz respeito a essa experiência que estava tendo, digamos, de primeiro mundo,

---

9 SEV – Serviço de Ensino Vocacional.

o melhor que poderia se fazer vocês estavam fazendo. Então isso não pôde mais. Por outro lado, o que vai ser o legado do Serviço de Ensino Vocacional e de novas políticas. Em nível de Brasil, falar que o nível de ensino rebaixou, talvez seria [necessário] ponderar um pouco, porque no Mato Grosso o nível aumentou com a formação que vocês fizeram de professores leigos, o primeiro momento de profissionalização da carreira docente ocorreu nesse período, então, já está diferente do que estava em São Paulo. Por outro lado, mesmo aqui, qual foi o legado do SEV? Com o tempo, alguns anos depois, eu vejo que foi lá, por causa dessas experiências, que surge a área do ensino de História, onde tem você e Elza na universidade. Então era uma qualidade que essa experiência teve e que surge também nessas controvérsias políticas da ditadura cerceando de um lado mas abrindo outro, no que diz respeito à qualidade da qualificação docente e, em nível de mestrado e tal, e a presença de vocês na universidade imprimindo já uma outra qualidade no debate. Porque, afinal, na sua formação, na década de 60, quem poderia dizer que discutia a prática de ensino na universidade, que tinha essa preocupação? Quem que fazia essa discussão de pegar para pensar, as referências para se pensar o ensino de História na USP, quem seriam?

JOANA: A professora de prática de ensino no tempo que eu estudava chamava-se Sylvia Magaldi. O curso que eu fiz era o bacharelado mais as disciplinas de licenciatura dadas pela faculdade de educação. Eu acho que até escrevi sobre isso. Para mim, a única coisa da minha formação pedagógica que adiantou foi a Prática de Ensino, porque Didática, Psicologia da Educação, e o que naquele tempo se chamava Administração Escolar, que depois virou Estrutura e Funcionamento do Ensino, que agora chama-se Política Educacional e Gestão Escolar, nada disso adiantou. Até porque depois eu fui para o Vocacional e o Vocacional tinha outras formas de organização. Mas a Prática de Ensino foi importantíssima, e a Prática de Ensino era importante em praticamente em todas as universidades e eu te digo por quê. Porque a disciplina era Prática de Ensino e Estágio

Supervisionado. Na verdade, a disciplina de Prática de Ensino coordenava e analisava o retorno do Estágio Supervisionado que a gente fazia, e o Estágio Supervisionado era feito nos colégios de aplicação que as universidades tinham. Na Universidade de São Paulo, no Colégio de Aplicação, que em 67 já foi fechado pela ditadura, e onde eu estagiei, o Ginásio já era inovado, como eles chamavam, já era ensino por área. O nosso estágio era feito na classe de Estudos Sociais que tinha uma professora de História e um professor de Geografia.

TIAGO: Já era experimental e temático o Colégio de Aplicação!

JOANA: O Colegial ainda não era, mas no Colegial eu dei tanta sorte que estagiei na classe da Dilu, Maria de Lourdes Mônico Janotti, que é uma das pioneiras em se pensar a renovação do ensino de História, até que ela era professora do Colégio de Aplicação da USP.

TIAGO: Quando surgiu o SEV, com o currículo concêntrico, foi mais ou menos na mesma época em que você estava estudando!

JOANA: E que os colégios de aplicação estavam se organizando.

TIAGO: Então havia uma comunicação da universidade e as a escolas experimenta...

JOANA: Havia. [...] O Vocacional procurava buscar os instrumentos para o aprimoramento da formação de professores onde eles existissem. A gente tinha contato com museus, Museu do Ipiranga, com o Arquivo do Estado, com as editoras, a editora Abril, jornal do Estado de São Paulo.

### **Parcerias e atuações**

TIAGO: [A escola] fazia bem-feito uma coisa que era o ensino, o ensino e a socialização, a escola clássica, tradicional, aí ela colocou outro componente que foi o assistencialismo. Daí acabou que ela não conseguia fazer mais nada. [...]

JOANA: E depois mentiram, as autoridades, com o auxílio das universidades, com as equipes especialistas da universidade, eu mesmo já fiz parte disso. Se tiver mesmo o julgamento final, e eu como não tenho

religião vou ter que ser julgada pela minha consciência, eu achava que era só o livro didático que ia me mandar para o inferno mas não, por ter feito parte dessas coisas de equipes de especialistas da universidade para falar de currículo, também vai me mandar para o inferno porque também fiz esse tipo de coisa. E a gente sabia que isso não dava em nada. Porque, na escola, a escola não muda de fora para dentro. Tudo o que acontece de bom na escola é a partir dela própria, dos que são agentes na escola, dos pais, dos professores, dos alunos.

TIAGO: Mas então por que se envolveram nesse processo de elaboração de currículo?

JOANA: Num primeiro momento, bom, eu me envolvi porque a Elza me obrigou.<sup>10</sup> – Eu peguei esse abacaxi e agora você tem que ajudar a descascar.

TIAGO: A Elza tinha uma visão da universidade muito semelhante ao que é hoje, né, de produção, de desenvolver vários projetos.

JOANA: Nesse momento ainda não era. [...] Ela foi professora em Corumbá. Ela foi substituir o Newton Balzan, como professora de Prática de Ensino na USP. [...] Aquilo ia ser feito de qualquer jeito. Se nós não fossemos fazer, alguém ia fazer. Porque nós achávamos que devíamos fazer? Era uma forma de deixar registrado formalmente alguma coisa que podia ser considerado emanado do Vocacional, a ideia de área, da relação entre o conteúdo desenvolvido e os objetivos a ser alcançado ou o contrário, na listagem de objetivos definindo os conteúdos que deveriam ser desenvolvidos e as técnicas de ensino disso e o sistema de avaliação como uma coisa coerente. Então a gente achava que se pusesse no mercado com o aval da Secretaria de Educação um material de boa qualidade, isto surtiria algum efeito, algum grupo de professor, alguma escola faria bom uso disso. Como de fato aconteceu, em alguns lugares, algumas escolas com aquele Guia, fizeram um bom trabalho. Agora o que a gente não

---

10 SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação. Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais Prof. Laerte Ramos de Carvalho. *Guias curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do ensino de 1º grau*. São Paulo, 1975

contava, ou pelo menos não tínhamos percebido naquele momento, que como aquilo não estava sendo feito para melhorar a qualidade da educação no Brasil, tinha outros propósitos que eu já te conto, as condições para que uma proposta curricular como daqueles Guias funcionassem, nunca foram dadas para a escola. Era preciso que o professor trabalhasse com classes pequenas, que ele tivesse uma carga horária maior que de aula dada para preparar as coisas. Era preciso que ele tivesse condições de avaliar adequadamente, e essas condições nunca foram dadas. E era preciso que o professor ganhasse um salário que não fizesse com que o sonho dele fosse arrumar outro emprego. Entende? E por que eu te digo que não era de verdade? Além de ter feito o Guia, um tempo depois, [...] o CERHUPE<sup>11</sup>[...] organizava currículos, programas para serem aplicados nas escolas. Depois dos Guias Curriculares feitos, eles inventaram um nome de, olha o nome que era dado: reciclagem para os professores. Depois brigaram muito por isso e ele [o curso] passou a ser de atualização. Eu não sei o que é pior, reciclar ou atualizar. De todo o modo, os professores ou x eram, já tinham o prazo de validade vencido, precisava reciclar, ou estavam desatualizados, precisava atualizar. Aí eles reuniram lá, 150 professores das diferentes regiões das Delegacias de Ensino de São Paulo, que seriam, que receberiam esse treinamento para usar os Guias Curriculares, e que depois, nas suas regiões seriam [responsáveis por reproduzir as informações veiculadas] [...]. Para coordenar esse curso estávamos eu, a Elza e a Ernesta Zamboni, para História. [...] Para Estudos Sociais.

TIAGO: Três professoras de História para coordenar Estudos Sociais?

JOANA: É que a Suria Abucarma que havia feito a parte de Geografia já tinha ido para São José do Rio Preto, Presidente Prudente, donde ela era. E a gente não achou ninguém e Geografia, então fomos as três; afinal de contas a gente já havia trabalhado com Estudos Sociais e então achava que a gente daria conta. Aí, quando o curso começou, os professores, que não eram bobos nem nada, começaram a perguntar, eles estavam vendo a

---

11 CERHUPE – Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais, São Paulo.

carga de trabalho que vinha com aqueles Guias, onde eles buscariam material para fazer aquilo, em que tempo eles preparariam o material? Iriam continuar ganhando a mesma coisa, aumentando o trabalho? [...] Bom, e eles infernaram tanto com essas coisas que nós levamos o problema para a coordenação do curso lá. E, convocaram uma reunião com os coordenadores. E os que mais reclamavam eram o pessoal de Estudos Sociais e o pessoal de Física, da área de Ciências. Era o Ernest x Burger, que era coordenador dessa área de Ciências e era o mais bravo de todos, o que mais brigava. E aí, nós tivemos uma reunião e disseram o seguinte: não competia à Secretaria de Educação falar sobre salários e verbas para a escola, qualquer coisa ligada à verba era com a Secretaria da Fazenda.

TIAGO: Foi a mesma coisa que aconteceu com o Mato Grosso?

JOANA: É. Aí nós falamos: – bom, então nós queremos uma entrevista com o Secretário da Fazenda. – Não, nós não podemos convocar o secretário da fazenda porque isto aqui é uma coisa técnica, a Secretaria de Educação, aquele órgão técnico da Secretaria de Educação não tinha competência para chamar o secretário da fazenda para discutir aquelas regras necessárias. E eu estava com [...] esqueço o nome da que era a ligação com a área de Estudos Sociais. E aí, [...] eu conversando com [a responsável pela área de Estudos Sociais], estavam as duas edições do Guia Curricular. O Verdão, como eles chamavam, com capa verde, papel jornal, que era o que foi para as escolas, chegou para os professores, e um papel *couché*, todo bonito, que era uma edição especial que seria enviada para as autoridades, enviada para o Banco Mundial, para a UNESCO [etc]. E aí essa pessoa que eu esqueço o nome, a gente reclamou dizendo para ela: – olha, não vai dar certo, não vai acontecer nada, se não houver essa mudança. Aí ela olhou para mim, como que diz moça idiota, e disse: – Joana, isto aqui não foi feito para mudar nada na escola; isso aqui, nessa versão, foi feita para convencer a UNESCO que o Brasil está fazendo uma reforma educacional. Porque, convencida a UNESCO, vem verba do Banco

Mundial, vem verba internacional, para o Ministério da Educação, para a Secretaria de Educação. [...]

TIAGO: E vocês foram criticadas por terem feito? O que as pessoas falavam?

JOANA: Que a gente era entreguista, que era de direita, que a gente era reacionária.

TIAGO: Mas no que diz respeito à forma que foi elaborado, teve crítica de professores, dizer – oh, isso é impossível de colocar...

JOANA: Os professores nem leram aquilo! Na verdade, eu acho que a maioria dos professores, fora aqueles dos 150 lá que fizeram aquele curso, pegou esse verdão e não leram. Eu vou te contar um episódio ocorrido em 77. Eu fiquei no Mato Grosso até 76. Em 77 eu voltei para São Paulo. O meu objetivo era terminar a minha dissertação de mestrado e depois mandar o meu currículo para as universidades do Nordeste, eu queria ir para o Nordeste, e de preferência para a Paraíba porque eu já conhecia o NDIHR<sup>12</sup> do Mato Grosso, e eu queria trabalhar na Paraíba. Aí, mas enquanto isso não aconteceu, eu reassumi o meu cargo de professora efetiva em São Paulo que eu tinha passado em 70. [...] E assumi um Ginásio, que era o Terceiro Ginásio Estadual da Vila Zelina, que depois da 5.692 foi fundido e depois virou a Escola Estadual de Primeiro Grau República do Paraguai, que foi para onde eu fui. Então quando eu voltei em 77 eu assumi o meu cargo. E aí o currículo de São Paulo [do antigo Ginásio] era organizado assim: a primeira e a segunda série, do Ginásio, tinha Estudos Sociais, na terceira tinha Geografia e na quarta tinha História. Era assim que era. Então eu dava aula de Estudos Sociais para primeira e quarta série, x para uma parte das turmas porque eu peguei o mínimo obrigatório porque eu estava trabalhando na minha [dissertação], e estava escrevendo livro didático, acho que de História da América para a Saraiva, e para a quarta série que eu dava História. Era um negócio terrível. E aí, quando a gente estava dando Estudos Sociais, quando estava

---

12 NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

fazendo planejamento [...]. E estavam lá os professores reunidos e discutindo os planejamentos, porque a coordenação tinha que aprovar os planejamentos dos professores. E aí, de repente na discussão, surgiu a questão dos objetivos cognitivos. O que eram os objetivos cognitivos? Eu, o professor de Desenho e a mulher dele, professora de Português, fomos escalados para sermos coordenadores dessa discussão, porque nós éramos os únicos que conhecíamos o Guia. Eu conhecia porque tinha participado, os outros tinham conhecido porque tinham lido, tinham estudado. No primeiro momento, a gente achou que a dúvida era: – quais seriam os objetivos cognitivos em cada uma das etapas para serem colocados. Até que descobrimos que não era isso. A dúvida era que eles não sabiam o que eram cognitivos, o que eram objetivos cognitivos. Aí o Célio, professor de desenho, cara seríssimo, ficou enfurecido e disse: – mas como vocês não sabem o que são objetivos cognitivos, vocês botaram no planejamento! Aí tinha uma professora e disse (...): – Célio, larga de ser idiota, a gente copiou do Guia. Simplesmente copiou do Guia, sem saber o que era aqui. [...] O Guia tinha sugestão de planejamento e eles foram lá e copiaram o Guia. Inclusive copiaram os tais objetivos cognitivos. [...] Em 77, os cursos de licenciatura curta, curtíssima, já tinha começado a produzir seus efeitos e a qualidade profissional dos professores já era... (...)

Eu ouvi, do próprio Newton Sucupira, que agora é uma outra base lá junto com a Lattes, o César Lattes deve estar dando voltas e voltas no túmulo, porque esse negócio de base de dados, a plataforma Lattes e agora tem a plataforma Sucupira que, na minha opinião, se a ditadura tivesse acabado de verdade, ele era um dos que teriam que ser preso pelos estragos que tinha feito na educação. Se a ditadura tivesse acabado mesmo, Jarbas Passarinho, Newton Sucupira, Paulo Natanael, Valnir Chagas, tinham que ser presos e responder pelos estragos que eles tinham feito na educação do Brasil.

TIAGO: Eram membros do Conselho Federal de Educação?

JOANA: O Jarbas Passarinho foi ministro da educação, e os outros eram membros do Conselho Federal de Educação. O Newton Sucupira dizia assim, na nossa cara, que o que importava naquele momento era a quantidade de crianças na escola, botar todo mundo na escola. A qualidade do ensino, isto viria com o tempo. [...]

### **Surgimento da área de ensino de História**

TIAGO: Eu gostaria de retomar essa questão do surgimento da área do ensino de História. Porque, você tinha citado antes o nome da professora de prática de ensino Sylvia Magaldi, naquele momento, por exemplo, existiam livros falando sobre prática de ensino de História, e de ensino de História?

JOANA: Que eu saiba não. Mas existia, você tem um excelente material para isso. A tese de doutorado da Margarida Dias de Oliveira, chama *O direito ao passado*<sup>13</sup>. Ela mostra lá, apesar de tudo, que o ensino sempre ocupou espaço na ANPUH. E ela cita lá, nas revistas de História, artigos da Emília Viotti da Costa falando sobre ensino de História. O pensamento da Emília Viotti é o que estava na base da organização do colégio de aplicação, e a Emília era professora de Introdução aos Estudos Históricos. Ela chegava no curso de História a tocar nessas questões do ensino de História na insistência do que naquele tempo se chamava na integração do ensino pesquisa. A pesquisa não era uma coisa distante, estranha ao ensino. Quem lidava com o ensino estava, x não tinha chegado ainda à configuração que ficou depois, que estaria usando os mesmos procedimentos da pesquisa, mas eram coisas correlacionadas. [...]

TIAGO: Eu consigo enxergar que o surgimento da área de ensino de História ocorre na década de 70 com vocês na década de 70, com artigos, publicações, depois virando livros, coletâneas, então quem eu identifico aí são você, a Elza Nadai e a Zamboni.

---

13 OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História*. 2003. 291f. Tese (Doutorado em História) – UFPE, UFPB, Recife.

JOANA: A organização do ensino de História tem um marco fundador, que foi o primeiro seminário Perspectivas do Ensino de História.

TIAGO: Isso já em 88.

JOANA: Organizado em 88 pela Elza. A partir daí se constituíram os grupos ligados ao ensino de História, dando origem a dois tipos de eventos: a continuação do Perspectivas do Ensino de História, que a Circe Bittencourt assumiu muito diretamente depois que a Elza faleceu, e o Encontro de Pesquisadores do ensino de História, com o qual, por exemplo, a Ernesta é bem mais, a Ernesta, a Ana Maria Monteiro, a Marlene Caineli de Londrina, a Dolinha do Paraná, aqueles meninos do Rio Grande do Sul, e nós da Paraíba, o pessoal de Pernambuco, e uma moça do Rio Grande do Norte, que constituiu esse grupo, e que acabou resultando na criação da Associação Brasileira de Ensino de História, que é essa que homenageou a Ernesta. [...]

TIAGO: Mas na criação, no que diz respeito à USP, você, a Elza, a Ernesta. A Circe também logo em seguida entra. E onde entra o Marcos Silva aí?

JOANA: Ah Déa Fenelon. Na constituição do ensino de História, uma das pessoas mais importantes foi a Déa Fedelon. Ela era de Minas [Gerais], já de Minas ela trazia experiência com relação ao ensino de História. Depois ela se tornou professora na UNICAMP, que quando começou o curso de História não tinha licenciatura, era só de bacharelado, mas logo depois acho que eles criaram a licenciatura, e o Marcos Silva, era muito ligado a ela [...]. Ela foi a presidente da ANPUH que abriu muito espaço na ANPUH para as questões do ensino, que de certa forma nacionalizou a ANPUH, desatrelou-a daquele centro monopólico de São Paulo e expandiu para os outros lugares. O Caio Bosque também fez isso. O Marcos Silva, por exemplo, todo o trabalho inicial dele no ensino de História, foi junto com a Déa Fenelon, foi a partir do contato com a Déa Fenelon. Ela é importantíssima nessas historiadoras aí e ela já morreu infelizmente.

TIAGO: Desse marco inicial do ensino de História daria para incluir você, a Elza, a Zamboni, a Circe também e aí inclui a Déa.

JOANA: A Sandra Pesamento do Rio Grande do Sul. Ana Maria Monteiro do Rio de Janeiro. Ah, e a Esmênia de Lima Martins. [...]

TIAGO: Mas que estava produzindo na década de 80 já?

JOANA: Sim. [...] Em 81, na ANPUH de João Pessoa, acho que foi a primeira vez que na ANPUH teve uma discussão sobre o livro didático, uma mesa-redonda. A Dilu, a Maria de Lourdes Mônico Janotti (...) nas questões de ensino.

TIAGO: Então tem uma rede de preocupação que vai se encontrar na ANPUH.

JOANA: E, você, eu vou gostar de saber, se você entrar nesse vespeiro mesmo, como é que você vai levar os antialérgicos para as picadas que você vai levar [risos]. Porque é o seguinte, eu vou abrir o jogo com você. [...] Elza, Circe, Ernesta, Ana Maria Monteiro, quem mais, Dolinha, quase todos os nomes ligados às questões do ensino de História, são ou eram professora de Prática de Ensino de História. A prática de Ensino de História é em quase todas as faculdades alocada na Faculdade de Educação. E, sempre houve, ainda há, e principalmente em São Paulo, uma rixa, uma disputa muito grande de espaços, tanto na ANPUH como em outras instâncias, e mesmo nas questões relativas ao ensino de História, entre os professores de Prática de Ensino alocados na Faculdade de Educação e os professores dos departamentos ou Centros de Filosofia e Ciências Humanas. Na USP, esta é uma encrenca que solta faísca.

TIAGO: Eu vi num documento da Elza Nadai que fazia um elogio porque ela fazia um trânsito muito bom.

JOANA: Algumas conseguiram fazer uma ponte interessantes. A Elza conseguia fazer, a Circe não. A Circe que ficou no lugar da Elza na Prática de Ensino não faz esse trânsito no departamento de História [...]. E a Esmênia, ela era do departamento de História, e não da Faculdade de Educação, ela se ligava às questões do ensino, ela era uma grande ponte. A

Déa também, porque ela era da UNICAMP. [...] A Ismênia era professora da Federal Fluminense.

TIAGO: Eu vi que a Elza fez uma complementação em Pedagogia.

JOANA: [...] Acho que era para aprender o pedagogês e poder discutir com o povo. [...]

TIAGO: Esses outros professores que participaram da criação da área, vinha discutir História mas também com essa perspectiva da história temática, era algo incomum?

JOANA: A não, a questão da organização temática passa por esse grupo. A encrenca é minha, que considero essa formalização, uma espécie de engessamento do ensino temático. Porque o tema não pode ser estabelecido previamente. O tema, que vai organizar o estudo de história, para ele ser um tema de verdade ele tem que ser constituído a partir do contato com os alunos, do conhecimento dos alunos, da análise da realidade daquele momento. Então se eu boto no currículo que vai funcionar, a temática é essa é essa, eu na verdade estou fazendo uma formulação temática de um programa, acaba virando um programa. Já discuti muito isso com a Rosa Godoy.

TIAGO: Parece uma ideia radical, essa de não ter um currículo pré-estabelecido, porque põe o professor, digamos, a todo vapor. Ele precisa se dar bem com os alunos, conhecer mais, ele precisa colocar a sua afetividade com tudo o que é possível nesse trabalho. Daí ele sai de uma perspectiva técnica que é o que os livros didáticos trazem, os parâmetros trazem, professor faça isso, para ele atuar como uma espécie de artista. Ele vai vender sua arte, junto com os alunos, e não como a de artesão, que é: olha, essa que é a encomenda então faça isso<sup>14</sup>.

---

14 Trata-se da menção a Norbert Elias acerca das transformações da sociedade aristocrática para a sociedade burguesa, cuja mudança social afetava a estrutura das relações de poder no mercado da arte, neste caso, tomado como comparação ao campo educacional. De “arte do artesão”, compreende-se: “produção artística encomendada por patronos específicos, normalmente pessoas de nível social superior”; e da “arte do artista”: a “produção dirigida ao mercado anônimo, a um público, no geral, de nível igual ao do artista”. In: ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 45-46.

JOANA: Ou, usando os termos do Newton Balzan, artigos que ele já escreveu. Ele é um executante, e não o planejador. E o que o Newton Balzan insiste, no texto dele que tem naquela coletânea, é que em educação, quem executa é que deve planejar. Executante e planejador não se separam. E as políticas educacionais desde sempre são assim: as Secretarias da educação chamam uma equipe que planeja para depois despencar aquilo na escola para os professores executarem.

TIAGO: Mas aí você está lidando com o professor como um intelectual.

JOANA: Claro! Lógico. E essa é a condição. O professor é o intelectual fundante da intelectualidade em uma sociedade.

TIAGO: Mas, dos professores que estão no sistema, quantos teriam essa condição?

JOANA: Por isso que a formação dos professores seria um ponto de partida para uma mudança profissional de verdade.

TIAGO: Mas isso parece ser utópico se pensar de modo generalizado.

JOANA: A Elza estudou isso daí. A ideia de que o professor é um intelectual colocado a serviço da educação é uma ideia matriz. Quem foram os primeiros professores? Os primeiros professores eram advogados, o juiz da cidade, o médico da cidade, o padre. Então eles eram intelectuais de formação, e num determinado momento eram chamados para botar isso a serviço da educação. Quando a educação de certa forma se tornou um campo de trabalho específico, a ideia era que se formaria um intelectual específico para fazer isso, que era o professor. [...] O preço que se pagou para transformar o sujeito que trabalhava na educação em um profissional específico foi retirar a condição de intelectual dele. Um preço muito alto. E nesse sentido, o Brasil não imita o modelo europeu, o modelo francês. [...]

### **O ensino de História temática**

TIAGO: Eu consigo perceber o surgimento da área de História com essas experiências renovadoras do começo da década de 60. Tinha algumas professoras que tocavam na questão do ensino, uma participação em

escola de aplicação da própria universidade, e aí ele vai ser formar na década de 70 e 80 com dois carros chefes. Aí os dois estandartes do ensino de História vão ser a história temática, a defesa da história temática, e para isso, fazendo a crítica ao sistema de ensino. Então, da história temática já está vinculada a política, a uma certa ideologia.

JOANA: E porque a história temática inclui, contextualiza, a relação com a pesquisa, ou a concepção do ensino como uma forma de pesquisa também, de produção do conhecimento, que se dá justamente em torno do tema estabelecido.

TIAGO: Aí hoje eu vejo que a área continua valorizando essas questões, só que hoje elas entram mais como atividades excepcionais. [...] E essa história linear [cronológica] ganhou a batalha por conta da falta de estrutura do ensino e também, de certa forma, do comodismo dos professores, porque afinal trabalhar com história temática precisa ser um intelectual também, um nível muito elevado.

JOANA: E também por conta de vestibulares e ENEM.

TIAGO: Exato. Essa é também outra questão. Qual foi a crítica que a escola temática recebeu em relação à preparação para o vestibular?

JOANA: Porque o vestibular é nacional e obviamente uma abordagem temática, ela tem intrinsecamente um caráter local, regional, ela dificilmente pode ser generalizada. Se bem que essa é uma perspectiva estreita da história temática. O fato do ponto de partida ou o núcleo ser um tema que estabelece a conexão do aluno com o estudo de história não é restritivo do estudo de História. Eu acho que nesse sentido o pensamento mais claro é o da Dilu, da Maria de Lourdes Janotti. A função do ensino de História também, o aluno é sujeito da educação, o que ele estuda tem que ser relevante para ele, tem que ter significado para a vida dele, para a realidade dele, mas o ensino de História deve ser. Também, universalizante, no sentido de que tem por objetivo fazer o aluno perceber o mundo, construir uma visão de mundo, e perceber que o mundo ultrapassa a história dele, ultrapassa a história do local em que ele vive. Ao final de

uma programação, de um percurso escolar, o aluno que estudou, que teve o ensino de História organizado tematicamente, não poderá ter deixado também de aprender e de conhecer as grandes linhas da construção do processo histórico no mundo. Não poderá deixar de ter estudado a Pré-História, a Antiguidade, a Idade Média, a Idade Moderna, a Idade Contemporânea, a História do Brasil, a História da África, dos índios. Isso permanece sendo um objetivo de fundo do aprendizado de História. O aprendizado de história tem que ser uma coisa pessoal, que interesse o aluno pessoalmente. Mas ela é também uma das vias de universalização do pensamento, de construção de uma ideia de que nós fazemos parte do processo histórico, que não se restringe ao âmbito da nossa vida mas que a ultrapassa e que é afetada por esses processos que a ultrapassa. É claro que qualquer pessoa pode construir uma visão de mundo sem o conhecimento histórico, mas uma visão de mundo fundamentada no conhecimento histórico é aquilo que efetivamente transforma o ser humano em sujeito da história, e isto é um dos objetivos fundamentais da presença da história no processo educativo. A Dilu formula esse tipo de coisa com muita clareza.

Eu, pessoalmente apesar de adepta, formada no ensino temático, a minha percepção de ensino nasce no Vocacional, dentro desse contexto de uma abordagem temática. Eu acho que foi em 89, num simpósio em Brasília, eu comprei um livro do Willian Waack, ele foi meu aluno no Colegial, e escreveu um livro resultante da pesquisa que ele fez no tempo que ele era correspondente do [Jornal] Estado, na Alemanha, ele escreveu um livro que chama *As duas faces da glória*<sup>15</sup>. E como ele estava na Alemanha, que foi inimiga da FEB, ele fez pesquisa lá com documentação alemã, e escreveu uma história da atuação da FEB [...] E ele começa o livro dizendo assim, que ele pertence a uma geração que nasceu depois da Segunda Guerra Mundial e quase nada aprendeu sobre ela na escola. E ele era, foi meu aluno, foi excelente aluno, e aprendeu tudo o que havia ensinado. Então,

---

15 WAACK, Willian. *As duas faces da glória*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1985.

se ele não aprendeu quase nada sobre a Segunda Guerra Mundial, é porque não foi ensinado isso. Essa era uma das críticas que nós estávamos começando a fazer a partir de 68. A abordagem temática não podia prescindir do aprendizado, dos acontecimentos construtores do mundo. E a Segunda Guerra Mundial é fundamental nisso.

TIAGO: Um padrão cultural genérico né.

JOANA: Eu pensava assim: ele podia botar uma notinha que a escola em que ele estudou tinha uma outra perspectiva né. Por outro lado também, ele não é historiador, ele é jornalista. Como é que ele aprendeu a lidar com a história do jeito que ele lida lá. A escola onde ele estudou no Colegial deu base para isso também, para essa perspectiva, para uma visão de mundo, uma visão de história. Embora, mas por mais que eu pensasse nisso como argumento, eu pensava: não, não tem desculpa. Uma pessoa que estava estudando no começo da segunda metade do século XX, não pode ser considerada uma pessoa esclarecida se não tiver uma visão, claro, não completa, mas uma boa visão da Segunda Guerra Mundial. Ainda mais no Brasil, que boa parte do que se constituiu como Brasil tem a ver com o como o Brasil se organizou depois da Segunda Guerra Mundial.

### **Concepção de ensino de História: a presença do iluminismo**

TIAGO: Eu vejo que nos seus escritos, nas suas falas, pensando nesse grupo, está muito comprometida com a ideia do conhecimento emancipador, da produção do conhecimento científico. Então, de certa forma, está canalizada por uma espécie de filosofia, filosofia da consciência, filosofia do indivíduo no que diz respeito à formação da sua identidade, da sua consciência como um ser autônomo. Isto liga muito à ideia de um sujeito, digamos, iluminista.

JOANA: Era uma crítica que a gente recebia. Que nós nos acostávamos muito no racionalismo iluminista. Burguês. Ouvi muito isso de marxistas, esquerdistas. Ao fim e ao cabo, não ultrapassam muito a racionalidade burguesa.

TIAGO: Por que eu penso isso. A ciência tem muito a questão da prova, você tem hipótese, uma teoria, testa e tal. Esse é que o resultado que eu gostaria, isso nas ciências duras. Mas na História isso é mais difícil de se fazer. E aí eu percebo, o que eu vi, uma crença muito grande nessa questão da capacidade emancipadora do conhecimento e tal, inclusive transformadora da realidade, e num segundo momento, o quanto conseguiu transformar dessa realidade? Por exemplo, a própria Aquidauana. Se tinha uma crença que a universidade seria o centro de promoção, de modernização do local, mas parece que não é bem isso o que aconteceu.

JOANA: Mas aí tem a ver também com o processo histórico brasileiro. Quer dizer, a gente tentou construir essa base em plena ditadura. A suposição é que se a gente tivesse deixado mesmo algumas raizinhas plantadas lá, quando o país se democratizasse, isso pudesse se desenvolver, crescer, enfim. Como é que chama quando a planta se desenvolve, cresce, e a semente vira árvore e produz ramos e frutos e tal. Acontece que nós não vivemos uma verdadeira democratização do país. Esse é um outro texto que eu prometi escrever, não escrevi até hoje. Nós não saímos da ditadura por conta de um avanço democrático. Nós saímos por conta de um acordo. A grande prova disso é que nós não saímos com as diretas já. Se a gente tivesse conseguido ganhar as diretas já, e se o primeiro presidente eleito tivesse sido resultado de uma eleição direta, eu acho que a nossa história teria sido diferente. Nós saímos naquele acordo que resultou no Tancredo e por azar foi parar nas mãos do Sarney.

TIAGO: Naquilo que diz respeito à filosofia da história, está explícita a ideia de que o estudo do processo histórico poderia acarretar numa intervenção planejada, clarificada, enfim, quem estuda o processo histórico poderia intervir, então, no processo histórico.

JOANA: Intervir com o conhecimento de causa. Agora, acontece que a educação, a escola, ela é contextualizada sociopolítica e economicamente

falando. E quando a gente pega o nosso contexto social e político e econômico, ele não é democrático, nem democratizante.

TIAGO: E aí a gente vê o sujeito, esclarecido, se bem que todo o sujeito tem as suas limitações, fazendo frente, dialogando nas estruturas; o quanto que as estruturas econômicas e culturais engessam o sujeito, não permitem que ele seja transformador como se gostaria.

JOANA: E o problema é que sujeitos esclarecidos, mesmo que eles estejam ocupando espaços de atuação, que a atuação seja possível, não munda o mundo, não muda a sociedade. O que muda a sociedade é uma atuação no conjunto da sociedade. E exatamente, o que me parece que as nossas lideranças políticas, os mandantes da sociedade brasileira têm conseguido promover é a impossibilidade da atuação do conjunto da sociedade. E o meu argumento no texto lá para mostrar que na verdade a gente não vive numa sociedade democrática e nem democratizante, é exatamente o que ocorre na educação.

TIAGO: Naquele momento a crença é que com o estudo da história se combateria a ditadura e se colocaria uma democracia.

JOANA: Acontece que, no estudo de história, com essa característica, implicaria a existência de uma escola onde, do mesmo jeito que a história produzisse os seus efeitos, o aprendizado da língua, e da leitura e da escrita produziria o aprendizado da matemática com o desenvolvimento do raciocínio, o aprendizado da geografia estariam ocorrendo num conjunto, de um processo educativo, que assegura a capacidade de racionalizar, de discernir, de escolher, das pessoas, do conjunto das pessoas. E isso não está, pode até estar aparentemente proposto nos documentos. Você ouviu [a propaganda da Base Nacional Comum Curricular]? [...] Mas a verdade é que um processo educativo de verdade está sendo negado à população brasileira. A ditadura era bem mais explícita com relação, por exemplo, ao controle da história. Ela botou a Educação Moral e Cívica. A democracia não se atreveu a botar Educação Moral e Cívica, mas já falamos em Escola Sem Partido, no ensino religioso confessional. E sobretudo, se você

apanhar os currículos, e principalmente a tal Base Comum Nacional, e aquilo que de fato está sendo feito nas escolas, eles introduziram no sistema educacional brasileiro, mas sobretudo no processo educativo, naquilo que efetivamente acontece na escola, um processo que eu chamo de terceirização da história. Então, é para ter educação para o trânsito, educação para o meio ambiente, educação sexual, educação nos tais programas. [...] Lá em João Pessoa tinha 34 programas propostos para a escola. Ah, educação de Direitos Humanos. E o que são essas coisas senão história? Aonde que a compreensão de como é que deve ser a vida urbana, o que significa viver em uma cidade, o que significa o trato do meio ambiente, das fontes de energia, enfim, da preservação da natureza, da preservação das outras espécies, inclusive da preservação da espécie humana. Quem é que discute seriamente na escola a presença dos índios na sociedade brasileira? E a discussão tomada por fragmentos do todo? Questão de gênero, LGBT, a questão das diferenças, que no fundo significa retalhar o aprendizado de História, do conhecimento histórico, de modo a vinculá-lo a programas específicos e detonando com qualquer possibilidade de visão de conjunto, de uma visão da possibilidade de existir um protagonismo dos alunos e das pessoas independentes de que setor ele se filie, com que setor ele se identifica. Por exemplo, nós estamos agora na fase das mulheres. Todos os partidos políticos fazendo propaganda, falando da necessidade das mulheres fazerem parte da política, como se, ao invés de ter só 10% do congresso de mulheres, de repente tiver cerca de 50% de mulheres fazendo parte do congresso, isso acarretará automaticamente inovações positivas. Por quê? As mulheres todas pensam iguais, as mulheres não são conservadoras? Não têm ideias homofóbicas? As eleitas pelo PSDB atuarão do mesmo jeito que as eleitas pelo PT? Mulher não tem, não se diferencia ideologicamente? E a mesma coisa os jovens, basta você por jovens nas coisas e as coisas mudam. Será? O Pedro Cunha Neto do Ronaldo Cunha Lima é deputado federal e eu ouvi o que ele falou no dia do impeachment, e ele é jovem, 25 anos.

**Trajatória intelectual e a rede de sociabilidade**

TIAGO: Eu penso que esse tipo de filosofia da História, que o ensino da história trazia, que era o objetivo para a história, a formação do cidadão consciente, crítico e autônomo, e atuante... A minha formação na graduação foi lendo esses textos. Eu li alguma coisa sua, da Elza Nadai, da Circe Bittencourt, da Zamboni devo ter lido também, só que eu vejo que nós estamos em um momento em que essas crenças minimamente estão abaladas, quando não estão em alguns lugares desacreditadas, por causa dessas limitações que demonstraram [na efetivação] dos desejos de mudança. E aí eu já não sei se está sendo pensado um outro tipo, não sei, no processo de crise, tem alternativas mas que estão muito embaraçadas ainda. Aí, esses discursos que eu enxergava, que vocês tinham um ideal de História, de ciência que motivava pra caramba os projetos de vocês, só que muitas vezes o que era posto como ciência, hoje eu olho e vejo: – pô, isso aqui é uma crença! Um crença ideológica, teve o seu papel. Só que, além dessa questão que era colocada como científico, racional, objetivo, o caminho da história é esse aqui, ficava implícito esse aspecto da crença, subjetiva, e algo que fazia como uma espécie de motivadora, ou de lubrificante também, nesse processo, eram as amizades, as redes de amizades, que atuou muitas vezes na trajetória. [...] Eu vi que na sua trajetória, lendo a tese da Maria Helena Cavalcanti Virgulino, *O itinerário de duas uspianas na UFPB*<sup>16</sup>, por exemplo, na sua trajetória, você teve essa passagem que você estudou na escola privada do Primário por falta de vagas, entra na universidade, no curso de História, e logo em seguida vai para o Vocacional, e aí no Vocacional, algo que daria para colocar, você tentou entrar no mestrado em 68, se bem que naquela época não ia ter a concepção de mestrado que ia ter depois na década de 1970.

---

16 VIRGULINO, Maria Helena Cavalcanti. *O itinerário de duas uspianas na UFPB - Joana Neves e Rosa Maria Godoy Silveira: trajetórias que se cruzam a partir da História ensinada*. 2016. 194f. Tese (Doutorado em Educação) – UFPB, João Pessoa.

JOANA: Não. O mestrado tinha mais as características do que depois foram as especializações. Você tinha o professor, nem precisava fazer disciplinas, não tinha essas coisas de créditos, e você fazia um trabalho que era defendido em frente a uma banca.

TIAGO: Você entrou então no mestrado?

JOANA: Eu entrei com a Emília Viotti da Costa. Ela foi cassada da universidade e eu resolvi não continuar. [...] Eu queria fazer uma relação da literatura com a história, a partir da obra do Lima Barreto.

TIAGO: Eu vi que a Elza Nadai passou no mestrado em 72, só que ela não entrou por falta de vagas. Aí eu, como assim ela não entrou por falta de vagas? Mais tarde que ela vai efetivamente entrar.

JOANA: A Elza foi a primeira orientanda da Dilu, no mestrado, e depois no doutorado também. Porque a Dilu era a única professora do departamento de História naquele tempo que aceitava trabalhar com a temática educacional. [...] A Maria de Lourdes Mônaco Janotti. [...]

TIAGO: Aí ocorre de você ir para Aquidauana muito por causa da Dóris.

JOANA: Muito por causa não, foi uma ordem da Dóris! A Dóris tinha esse convencimento.

TIAGO: E a Elza, falou o quê?

JOANA: A Elza deu o maior apoio. Era a forma de eu ir para o ensino superior.

TIAGO: As duas começaram a carreira na UEMT. Ela em Corumbá e você em Aquidauana.

JOANA: É, mas a Elza já tinha a perspectiva também de ir para a universidade, trabalhar na universidade. [...] E a Dóris, quando ela veio para São Paulo para arregimentar gente para ir para lá, me contou o que estava fazendo em Aquidauana e, então eu disse: – ah, eu ainda vou trabalhar com você. E ela disse: – é, vai sim, no ano que vem. E eu obedeci, cegamente. A Dóris tinha uma capacidade de convencimento como eu não conheci em nenhuma outra pessoa.

TIAGO: Então, vai para a Aquidauana, e me parece que ter uma turma [de alunos] receptiva ao discurso de vocês foi fundamental, para fazer a Seção de Obras Raras, então colocou o ensino temático para funcionar, e depois a universidade deu algumas condições para fazer o mestrado e aí a sua saída ocorre no contexto do adoecimento da Dóris, o afastamento dela.

JOANA: Eu tinha combinado isso: eu vou para formar a primeira turma. Aí ela me perguntou, porque nós emendamos a expansão para a plena, depois de formada a primeira turma de Estudos Sociais, a gente já começou a complementação da licenciatura plena, aí então ela disse: – você tem que ficar até formar a primeira turma de História, que aconteceu em 75. Aí eu fiquei mais um ano, exatamente por conta da saída dela, da doença dela, aí eu voltei para São Paulo. Eu dei por encerrado o meu trabalho em Aquidauana.

TIAGO: Olha, eu vi um documento dessa data aí, de 75, que colocava que você gostaria de ficar em Aquidauana, mas que faltava alguma coisa.

JOANA: É!? Eu falando que eu tinha intenções de ficar em Aquidauana e por algum motivo eu não fiquei?

TIAGO: Sim.

JOANA: Eu não consigo lembrar. [...]

TIAGO: Tinha o concurso que você poderia perder.

JOANA: Tinha esses lances mas isso é detalhe. Eu fui afastada sem perda dos vencimentos, em 75 não tinha mais [devido à mudança de governo]. [...]

TIAGO: Essa rede [de amizade e sociabilidade intelectual], eu vejo que é muito importante para alimentar essa ideologia que vocês tinham a respeito da história, como uma forma motivadora para fazer, desenvolver esses projetos. [...]

JOANA: Isso tinha duas fontes. Uma o Vocacional, indiscutivelmente o Vocacional. A outra que até em um determinado momento contava para mim mas depois deixou de contar, o socialismo cristão. Dóris, Elza, Maria Augusta eram socialistas cristãs. Era uma corrente forte.

TIAGO: Era a Teologia da Libertação?

JOANA: É. E depois do Concílio Vaticano II, essas coisas. E mesmo por formação. Quando a Elza escreveu um livro sobre história geral um capítulo sobre Idade Média, sobre a Igreja. Eu falei: – Elza, como é que uma pessoa que escreve isso que você continua Católica? E aí ela gastou um tempão me convencendo com uma coisa que não tinha nada a ver [risos]; que uma coisa era a história dessa instituição, e outra coisa era a prática religiosa que a alcançou. A Elza ia a missa todos os domingos. Ela ficava danada da vida quando eu ficava, dormia lá na casa dela, chegava no domingo eu não acordava para ir na missa com ela e tal. Mas para ela haveria uma alternativa, uma forma de enfrentamento, do avanço do socialismo marxista.

TIAGO: Enfrentamento?

JOANA: Num certo sentido, enfrentamento. Ou seja, que era possível você pensar numa sociedade socialista, até comunista, mas onde a liberdade, a identidade individual ficava preservada. Valores em que, como a família, ficariam preservados, coisas que o socialismo marxista não admitiria. A ditadura do proletariado imporia restrições à liberdade individual. [...] Nesse grupo, o marxismo entrava muito bem como um aporte teórico-metodológico para a compreensão da história, corrigindo com o materialismo as perspectivas idealistas, só, no sentido de que não era só o pensamento que construía, a origem não são as ideias, mas a relação das ideias com a realidade, e a importância das questões estruturais, a necessidade de compreender as estruturas, a economia, enfim, como fundamento para a compreensão da sociedade, mas não como projeto político, não como utopia.

TIAGO: Você falou agora sobre a Dóris, da capacidade de [convencimento] muito grande das pessoas. Mas também me falaram isso de você!

JOANA: Ah é!?

TIAGO: Que você era muito carismática, colocava as pessoas para trabalhar...

JOANA: Ah sim, colocava as pessoas para trabalhar, os alunos, realmente. Mas isso era o meu ofício, colocar as pessoas para trabalhar. Eu acostumava dizer, que isto acontecia porque eu só dava uma ordem para os alunos, uma única ordem. Se eles obedecessem essa ordem, eles funcionariam. A única ordem que eu dava, e a única ordem que eu acho que o professor pode dar é: pense, pense você, use a sua cabeça, você está aqui para pensar; não é me ouvir, não é me aceitar, é pensar. Para pensar, existem instrumentos em história: têm os documentos, têm as teorias, tem a metodologia, tem aquele apoio do professor. [...]

TIAGO: A Elza Nadai, o sobrenome Nadai é paterno. Mas ela foi casada?

JOANA: É. Foi casada com o Aurélio Silvino. [...] Ela nunca mudou o nome nas publicações. Mesmo depois que ela casou com o Aurélio oficialmente, ela, tudo o que ela publicou ela publicou como Elza Nadai, porque já era um nome conhecido, consagrado.

TIAGO: Acho que eu vi numa assinatura dela o sobrenome de casamento.

JOANA: Alguns documentos ela assinava, mas as publicações, eu me lembro que isso foi até negociado na Saraiva, os livros, as publicações continuariam saindo como Elza Nadai, para manter o nome já conhecido.

### **Posturas e crenças individuais**

TIAGO: Tem um assunto embaraçoso que eu queria tocar, mas acho que entra na história das mulheres, acho que é interessante.

JOANA: Se for muito embaraçoso eu minto. [risos]

TIAGO: Eu acho que não precisa mentir não. Algo que me chamava atenção, em algumas entrevistas falando de você, da sua personalidade, que é um conceito que eu não sei até quando se pode trabalhar, mas, que é interessante a gente pensar que temos características próprias, que nos moldam, e a partir daí nós atraímos pessoas, repelimos, enfim. Quem me disse primeiro, acho que foi a própria Jandira, uma característica sua, que

quando foi para Aquidauana, as pessoas arregalavam o olho para você, era pela a sua forma de se vestir, os seus decotes.

JOANA: Saia muito curta, não usava sutiã, usava decote, essas coisas.

TIAGO: Tinha uma finalidade política isso?

JOANA: Não, era gosto.

TIAGO: Porque era algo que diferenciava.

JOANA: Era moda! Todo mundo usava.

TIAGO: Por que ela colocou você...

JOANA: Porque as minhas eram mais curtas. [risos] [...] o Rudel que era prefeito da cidade, ele dizia, ele me caracterizava assim: eu tinha o que na época se chamava de *Sexy Appeal*, sensualidade exposta. Ele ia até mais longe que isso, o Rudel. Ele dizia assim: eu exalava cheiro e foliculina, que é hormônio da excitação feminina. Eu tinha essa fama. [...]

TIAGO: Então vem outra pergunta. É uma certa impressão, de comentários que a gente pode retomar àquela impressão do França sobre as mulheres. Muitas mulheres intelectuais são solteiras. Certo?

JOANA: Uhum. E eu ouvi uma explicação para isso, por que. Porque os homens não se casam com mulheres iguais a eles. E uma intelectual é igual, não admite não ser igual, ser considerada diferente. Principalmente na minha geração: o homem olha para baixo quando escolhe mulher, e então que está a altura dele escapa do olhar dele. [...] Homem não ama iguais.

TIAGO: E a mulher faz isso, a mulher consegue olhar para baixo, e amar?

JOANA: Pra dizer a verdade eu não sei. Na verdade, o amar ou não amar não é uma questão de olhar para baixo e olhar para cima, é uma questão de olhar para frente. Eu acho que as mulheres olham mais para frente, do que pra baixo ou pra cima. Não sei. Amor não tem regra, eu acho. Mas, por exemplo, para escolher para casar, nessa época ainda havia a ideia de que você não podia casar num estrato inferior ao seu.

TIAGO: Da parte do homem ou da mulher?

JOANA: Eu acho dos dois. O homem ficava mais à vontade para escolher uma mulher de uma posição social, intelectual, ou profissionalmente inferior a dele, porque isso era a regra do jogo, ele era o chefe da casa, era a cabeça do casal. Para mulher é que isso era mais problemático. Por exemplo, escolher alguém, casar com alguém, que eu profissionalmente ou economicamente ou socialmente ou culturalmente estivesse um outro estrato, inferior ao dela. Mas eu tenho colegas que se casaram assim, sem problema nenhum. Depende muito da personalidade da pessoa, porque se uma pessoa é ela mesma, mesmo estando num ambiente diferente do dela, ela acaba se impondo, acaba sendo aceita. Agora, realmente, no segmento ao qual, de classe média, intelectualizada, de profissão de nível superior, aonde eu vivi, as pessoas se escolhem muito entre si. As escolhas dão entre as pessoas que convivem e você acaba convivendo com pessoas que estão fazendo as mesmas coisas que você, ocupando os mesmos espaços. [...] Agora, a verdade é que esse tipo de coisa nunca foi preocupação para mim. Eu costumava dizer que foi o efeito da educação que a minha mãe me deu, e que a mim atingiu em cheio: antimatrimonial. A minha mãe costumava sempre dizer: casamento é bom para homem, [risos] para mulher não é grande coisa. Para a mulher o que é bom é ela ser dona de si, ter controle sobre a sua vida, e por isso precisa ter uma profissão, precisa trabalhar, para não depender de ninguém.

TIAGO: Nesse ponto que eu penso, como a gente faz o discurso do sujeito se construir por si mesmo e ter a história como fonte e tal mas, muitas vezes, focando melhor, a gente vê a importância de valores familiares, por exemplo, para contrapor o pensamento dominante na época, que diz respeito aos costumes, como, por exemplo a Dóris. A família dela teve um papel muito grande. O pai dela é muito lembrado pela Jandira. Criou as filhas com uma emancipação muito maior.

JOANA: Pois é, elas eram netas da dona Adelaide. Ah se o seu Armando se atrevesse a tolher as liberdades da neta dela. Eu conheci a vó dela.

TIAGO: Adelaide é por parte materna?

JOANA: Por parte materna. A família da Dóris, era a família bem típica daquela época. O homem manda, da porta pra fora. Da porta pra dentro quem manda é a mulher, quem organiza é a mulher, é ela quem estabelece como as coisas são. O homem manda da porta para fora. Ele é o chefe da família, indiscutivelmente, ele provê a família, ele decide a educação, ele aprova relacionamento, mas em casa, quem manda é a mulher, quem organiza é a mulher. E a dona Hercília [mãe de Dóris] era filha de dona Adelaide.

TIAGO: No que diz respeito à emancipação feminina, os anos sessenta foram de revolução sexual. Isto parece que começa primeiramente com a classe média, que é onde você tem um capital econômico influenciando mas também alguns valores que os próprios pais já traziam e que se manifestam.

JOANA: O feminismo foi um movimento típico de classe média. Porque a classe alta, a alta burguesia, as mulheres iam se emancipar do quê? Elas tinham tudo o que era privilégio, vantagens.

TIAGO: Existia um jogo de interesses né. Abria mão de certas coisas para conseguir outras.

JOANA: Já as mulheres trabalhadoras e tal, elas eram muito iguais aos homens, submetidas ao trabalho também, tinham que prover, tinham que arcar com as despesas em casa em tudo, tinham uma célebre dupla jornada. O movimento feminista de classe média que pôde reivindicar a condição de trabalhar fora nas mesmas condições que o homem, para as quais a dupla jornada não era de verdade. Elas tinham empregada, em casa, até para cuidar das crianças, cuidar da casa. [...]

TIAGO: Tem um conto da Dóris que toca nessa questão que eu acho bem interessante. [...] Ela faz uma espécie de crítica aos costumes da classe média de Aquidauana.

JOANA: Em Aquidauana, a gente conhecia muito caso do homem ter duas famílias. Uma na cidade e outra na fazenda. A bastardia era um caso sério, no tempo em que morei em Aquidauana. Todo mundo sabia que aquele

menino era filho daquele homem. Tratava bem, porque sabia quem era filho daquele pai.

TIAGO: Filho do coronel?

JOANA: É, mas não levava o nome do pai. Tinha muito disso, no tempo em que eu morei lá. Mas estava mudando. [...] Mas tinha muito, a família constituída, e as chinas de fora de casa, eles chamavam chinas essas mulheres. Uma das matriarcas mais poderosas do meu tempo, era a dona China. E ela dizia assim: – não pensa que eu sou que nem essas chinas aí. [risos] Era muito divertida.

TIAGO: A quem a senhora atribui o [seu] gosto pelo estudo, motivação?

JOANA: Foi uma das primeiras inspirações que eu me lembro de ter tido na vida, que precisava estudar, que devia estudar. Eu acho que esse gosto eu peguei na escola mesmo, eu gostava muito de aprender. Depois, quando eu entrei na escola, e estava fazendo o Primário, eu nunca mais consegui imaginar não estudar, não ir na escola.

TIAGO: É que no caso da Dóris dá pra ver a influência, do pai, da avó. No seu caso não?

JOANA: Tinha muito a influência da minha mãe, que queria que os filhos estudassem porque era a forma de escapar da situação de pobreza, de ter acesso aos melhores empregos. [...] Quando nós nos mudamos para São Paulo, nós éramos 12 filhos, 12 irmãos. Minha mãe tinha tido 20 que ela contava, na verdade eram 17, porque ela contava como filho 2 abortos e um natimorto. Desses 17 irmãos, 5 morreram de mortalidade infantil. De modo que quando a família mudou para São Paulo nós éramos 12. Desses 12, os 6 mais velhos não fizeram o Primário, e os 6 mais novos foram até a universidade. [...] Num certo sentido, o interesse pelo estudo era uma coisa da minha mãe. A minha mãe era analfabeta. A mãe dela tinha sido quase professora na Itália. Em Ribeirão Preto ensinava todo mundo a ler e escrever; não ensinou a própria filha porque a minha avó, segundo a minha mãe contava, sabia disso, que a mulher, quem soubesse ler e escrever era mais independente, e ela queria a filha na barra da saia dela.

Então ela tinha muito medo de perder os filhos dela. [...] E logo que a gente mudou para São Paulo, eu acho que ela percebeu que o caminho para melhorar de vida era estudar. Bom, ela nem cogitou os filhos não irem na escola, agora que tinha escola, porque os que não aprenderam era porque moravam em fazenda, não tinha escola.

TIAGO: A sua família era proprietária?

JOANA: Não. Trabalhador colono nas fazendas de café do interior de São Paulo. A minha avó era sitiante mas perderam o sítio por falta de pagamento das taxas, quando a minha avó morreu. Meu pai jogou o dinheiro do pagamento do imposto, jogou, jogo de baralho, meu pai era viciado. Ele tava com o dinheiro para pagar o imposto, passou no lugar de jogar e perdeu todo o dinheiro. Ele fez isso uma porção de vezes, perder o dinheiro que ia ser o dinheiro da salvação da lavoura, ele perdeu no jogo. Então quando a gente mudou para São Paulo, a minha mãe estabeleceu, os mais novos, tinha escola, tinha grupo [escolar], e ia estudar. [...]

TIAGO: Você está envolvida com algum projeto na Paraíba? Está afastada há um tempo da Universidade?

JOANA: Não. Da Universidade eu estou afastada um bocado de tempo. Continuo com a minha vinculação com a ANPUH, mas toda a vez que a ANPUH escreve uma nota eu fico [...].

Vou passar o meu aniversário lá [João Pessoa], com o G9+, o nosso grupo [formado inicialmente por 9 mulheres aposentadas e depois agregou outras pessoas]. [...]

TIAGO: (...) Para finalizar a gravação, a senhora gostaria de falar mais alguma coisa, se essa entrevista despertou alguma coisa?

JOANA: Eu tenho duas observações. Uma, esou muito desordenada nessas, nesse tipo de depoimento. Por conta disso, toda a vez que eu passo por essa experiência, eu saio dela pensando assim: poxa, eu preciso me organizar. Eu preciso organizar as coisas que eu tenho escrita, produzida, eu preciso fechar as coisas que eu tenho. [...] São dívidas que eu acho que contraí. Uma, por conta do doutorado não feito, esse doutorado que eu

deveria ter terminado em 89, eu deveria ter concluído e não concluí, eu estava com a pesquisa toda pronta, e tenho o material todinho lá. [...] Eu tenho o material para um livro, que é a montagem, a constituição da república oligárquica na Paraíba, como ela se organizou no contexto da república oligárquica que se estabeleceu no Brasil, com a proclamação da República. [...] O meu recorte é a constituição da república oligárquica na Paraíba através a imprensa [paraibana]. [...] A outra é a resposta ao repto do Patriota, escrever o tal livro sobre o ensino de História a partir da minha experiência. E o último projeto que eu tenho, é o de retomar, e ampliar, os meus textos engraçados. Eu sou autora, junto com o Elio Chaves Flores, de uma coletânea de textos engraçados, que a gente montou um livro mas não achou editora para publicar e não resolvemos direito o título ainda. O título seria ou *Ave história cheia de graça*, ou, *Quem não sabe história não ri*. E é um conjunto de artigos escritos por Elio Chaves Flores e por mim. No meu, escrito por mim, tem um texto sobre *A Pré-história revisada*: a verdade sobre a transição do matriarcado ao patriarcado, que é um conto, porque existe uma teoria de que originalmente a humanidade era matriarcal, depois é que virou patriarcal, então esse conto conta como se deu essa transição. O outro conto chama *A amizade é mais do que amor*, ou: *de como o PT descobriu que democracia é valor universal acima de todas as classes*, que conta a história do casamento da humanidade com o neoliberalismo, depois dela ter tido um caso com o socialismo. [risos] Esse conto virou uma peça de teatro. [...] Depois tem um texto sobre ensino de História, que eu acho que é *Isso não tem graça nenhuma*. E eu tenho que escrever mais um texto para completar essa coletânea, sobre a *História da democracia no Brasil*. Um texto que vai demonstrar que toda a vez que a democracia tenta se impor no Brasil botam ela pra dormir, botam ela pra dormir naquele mesmo berço esplêndido onde dorme aquele rapaz lá. [...] E a outra coisa é sistematizar tudo isso. [...] Gostaria de publicar a minha tese de doutorado. [...]

PÓS-ENTREVISTA: Adendo feito por Joana Neves, encaminhado via correio eletrônico: Ensino de história na ANPUH, e a mudança dos estatutos da APUH para ANPUH com a abertura para novos associados.

JOANA: Tudo começou no Simpósio da ANPUH de 1977, em Santa Catarina, tendo como protagonista a professora Raquel Glezer (que não sei se nessa ocasião já era professora do Departamento de História da FFLCH da USP). Eu não fui a este Simpósio mas, como todo mundo da área, fiquei sabendo o que aconteceu. Foi assim: na assembleia de encerramento a Raquel apresentou uma moção propondo que no próximo Simpósio se discutisse a inclusão dos professores de história que atuassem nos outros níveis de ensino que não o superior (naquele tempo: Primeiro e Segundo Graus – conforme a LDB 5692). A moção foi aprovada provocando uma grande revolta, por exemplo, da Cecília Westphalen que considerava que a ANPUH era espaço exclusivo para os pesquisadores de história que, portanto, não poderia incluir os simples e/ou apenas professores secundários, que só se ocupavam do ensino. Segundo consta, ela rasgou os Estatutos da ANPUH em plena assembleia para marcar sua posição, alegando que a Entidade havia deixado de existir.

No Simpósio de 1979, em Niterói, na assembleia de encerramento, a proposta foi discutida e aprovada, provocando a retirada acintosa do professor Eduardo de Oliveira França – seguido por seus assistentes – considerando, também, que tal decisão acabava com a ANPUH que, assim, deixava de ser uma entidade científica, exclusiva, segundo seu pensamento, para historiadores/pesquisadores, não podendo incluir os meros professores secundários.

No Simpósio de 1981, em João Pessoa, os novos Estatutos foram aprovados, para formalizar a mudança ocorrida. Foi a própria Raquel Glazer quem redigiu os novos artigos, eu a ajudei nessa tarefa.